



INSTITUTO FEDERAL

Goiano
Campus Urutaí

CIDADANIA EM AÇÃO: NOÇÕES JURÍDICAS CONSTITUCIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO



ÁUSTRIA RÉGIA REZENDE DOS SANTOS COSTA
MARCOS FERNANDES SOBRINHO

ÁUSTRIA RÉGIA REZENDE DOS SANTOS COSTA
MARCOS FERNANDES SOBRINHO

CIDADANIA EM AÇÃO:
NOÇÕES JURÍDICAS CONSTITUCIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO

Produto Técnico/Tecnológico apresentado ao
Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí,
como requisito parcial do Programa de Pós-
Graduação em Ensino para Educação Básica
para obtenção do título de Mestre.

URUTAÍ/GO
2025

Os direitos de tradução e reprodução são reservados.
Nenhuma parte desta publicação poderá ser gravada, armazenada em sistemas eletrônicos, fotocopiada ou reproduzida por meios mecânicos ou eletrônicos ou utilizada sem a observância das normas de direito autoral.

ISBN 978-65-01-55111-1

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema Integrado de Bibliotecas do IF Goiano - SIBI**

C838 Régia Rezende dos Santos Costa, Áustria
CIDADANIA EM AÇÃO: Noções Jurídicas Constitucionais para o
Ensino Médio / Áustria Régia Rezende dos Santos Costa. Urutaí
2025.

57f. il.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Fernandes Sobrinho.
Produto Educacional (Mestre) - Instituto Federal Goiano, curso
de 0133214 - Mestrado Profissional em Ensino para a Educação
Básica (Campus Urutaí).

1. Educação para a cidadania. 2. Noções Jurídicas
Constitucionais. 3. Transdisciplinaridade temática. I. Título.

DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO EDUCACIONAL

Título: Cidadania em Ação: Noções Jurídicas Constitucionais para o Ensino Médio.

Autora: Áustria Régia Rezende dos Santos Costa.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Fernandes Sobrinho.

Tipo de produto: Material didático.

Subtipo de produto: Sequência didática.

Público-alvo: Professores e alunos do Ensino Médio.

Vínculo do Produto Educacional: Dissertação de Mestrado Profissional – “Ensino de noções jurídicas de Direito Constitucional em escola de educação básica e suas contribuições ao pleno exercício da cidadania.”

Programa de Ensino: Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica.

Instituição Associada: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Urutaí.

Linha de Pesquisa: Atuação Docente e Educação para a Cidadania.

Lócus de Implementação do Produto Educacional: Uma escola estadual do sudeste goiano.

Informações adicionais: O produto educacional foi aplicado e avaliado por alunos e professores da 2ª série do Ensino Médio, e validado pela banca de defesa da dissertação.

Disponibilidade: Irrestrita, preservando-se os direitos autorais e a proibição do uso comercial do produto.

Divulgação: Em formato digital.

Idioma: Português.

Palavras-chave: Educação para a cidadania. Noções jurídicas constitucionais. Transdisciplinaridade temática.

“Não há nada que mais contradiga e comprometa a emersão popular do que uma educação que não jogue o educando às experiências do debate e da análise dos problemas e que não lhe propicie condições de verdadeira participação.”

Paulo Freire

“Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Lei de Diretrizes e Bases da Educação

“Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I – (...);

II - a cidadania;”

Constituição Federal

APRESENTAÇÃO

Prezados professores e alunos,

Bem-vindos ao ebook **Cidadania em ação: noções jurídicas constitucionais para o Ensino Médio**, desenvolvido para apoiar professores e estudantes na compreensão de temas jurídicos constitucionais. Com ênfase na formação cidadã, este material visa facilitar o ensino de temas fundamentais à cidadania, promovendo uma educação mais consciente e ativa.

O ebook tem como objetivo atuar como um recurso didático-pedagógico inovador para professores de diferentes disciplinas do Ensino Médio, promovendo a transdisciplinaridade ao integrar noções jurídicas constitucionais ao currículo escolar. Utilizando metodologias ativas e estratégias de ensino que incentivam a aprendizagem significativa, o material permite que os educadores abordem temas fundamentais de cidadania de forma colaborativa e integrada, conectando o conteúdo jurídico aos desafios cotidianos enfrentados pelos alunos. Dessa forma, o ebook facilita a construção de pontes entre o conhecimento teórico e a prática social, promovendo uma educação mais reflexiva e participativa.

Ao colocar o aluno no centro desse processo, o ebook também foi pensado para ser acessível e relevante aos jovens, fornecendo uma introdução clara e prática às noções jurídicas constitucionais. Voltado para a formação cidadã, o material busca capacitá-los a compreender seus direitos e deveres, com ênfase nos direitos civis, políticos e sociais. Através de uma linguagem didática, exemplos práticos e atividades interativas, os estudantes serão estimulados a desenvolver um senso crítico mais apurado, refletindo sobre o seu papel em uma sociedade democrática e sobre a importância de exercer seus direitos para construir uma convivência mais justa e igualitária.

APRESENTAÇÃO

Neste ebook, vamos explorar temas essenciais como:

- Direitos e garantias fundamentais (direitos civis);
- Organização do Estado e democracia (direitos políticos);
- Ordem social (direitos sociais).

Apresentaremos uma visão geral de cada um desses temas, oferecendo aos educadores e estudantes noções fundamentais sobre os direitos constitucionais e sua relação com o cotidiano, de forma a proporcionar uma base inicial para reflexões e discussões mais aprofundadas.

Cada módulo do ebook apresenta um conteúdo constitucional seguido de atividades pedagógicas interativas, além de um roteiro de aula, que promovem a reflexão conjunta e podem ser utilizados de forma transdisciplinar entre as disciplinas do Ensino Médio. Esse formato facilita o trabalho dos professores, integrando diferentes áreas do conhecimento, e oferece aos alunos a oportunidade de compreender, de maneira prática e aplicada, seus direitos e deveres como cidadãos.

Aproveitem a leitura e boa jornada de aprendizado!

SOBRE OS AUTORES

Áustria Régia Rezende dos Santos Costa

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica, Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí. Complementação Pedagógica para Graduados não Licenciados (IFG). Bacharel em Direito.
E-mail: austriaregia@hotmail.com



Marcos Fernandes Sobrinho

Pós-Doutor em Direito Público pela Universidade de *Las Palmas de Gran Canaria*/Espanha. Doutor em Educação em Ciências e Matemática (UnB). Docente permanente junto ao PPGEnEB/IFGoiano e ao PPGGO/UFCAT.
E-mail: marcos.sbf@gmail.com



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
SEQUÊNCIA DIDÁTICA	11
MÓDULO 1 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL: GUARDIÃ DOS DIREITOS E DEVERES DOS CIDADÃOS	13
Aula 1 – A importância da Constituição Federal e histórico das constituições brasileiras	15
MÓDULO 2 – CIDADANIA: O PAPEL DE CADA UM NA SOCIEDADE	16
Aula 2 – Cidadania: construindo uma sociedade justa com participação de todos	21
MÓDULO 3 – DIREITOS CIVIS: PILARES DA CIDADANIA	22
Aula 3 – Liberdade de expressão	26
Aula 4 – Igualdade	31
Aula 5 – Direito à diferença	32
MÓDULO 4 – DIREITOS POLÍTICOS: DO VOTO À VOZ	34
Aula 6 – Direitos Políticos	38
MÓDULO 5 – DIREITOS SOCIAIS: CIDADANIA EM AÇÃO	39
Aula 7 – Direito à educação	42
Aula 8 – Direito ao trabalho	45
Aula 9 – Direito à saúde, moradia e transporte	50
Aula 10 – Direito ao lazer, segurança, Previdência Social, proteção à maternidade e infância, alimentação e assistência aos desamparados	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	57

INTRODUÇÃO

Este ebook começa apresentando a sequência didática, que inclui a etapa de ensino a ser contemplada, o número de aulas propostas, as competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que serão desenvolvidas ao longo do percurso e os objetivos. O propósito é proporcionar uma perspectiva acessível e prática para que os estudantes compreendam temas fundamentais que moldam nossa sociedade.

O primeiro módulo trata da importância da Constituição como base legal e política de um país. Através deste conteúdo, os alunos são levados a compreender o papel fundamental da Constituição na organização da sociedade, garantindo direitos e estabelecendo deveres. A ideia é promover uma reflexão sobre como esse documento serve como guardião da democracia e como ele influencia diretamente a vida cotidiana dos cidadãos.

No segundo módulo, o foco está na compreensão de cidadania. Este conteúdo explora os direitos e deveres de cada indivíduo, incentivando os estudantes a refletirem criticamente sobre o papel que desempenham na construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. Ambos os módulos servem de alicerces para o entendimento da participação cidadã, valorizando os conhecimentos prévios dos alunos e conectando suas experiências pessoais aos conteúdos apresentados. Assim, eles são encorajados a exercer sua cidadania de maneira consciente e responsável, dentro de um processo de aprendizagem significativa, conforme proposto por Ausubel (2003).

Ao longo dos próximos módulos, trataremos de forma introdutória os direitos essenciais que sustentam a vida em sociedade. Iniciaremos pelos direitos civis, destacando as liberdades individuais e garantias fundamentais que protegem o cidadão, tanto frente ao Estado quanto a

outros indivíduos. A sequência didática facilitará o processo de aprendizagem, mostrando como esses direitos asseguram a dignidade, a segurança pessoal e a liberdade de expressão. O tema será desenvolvido através de exemplos práticos, discussões em grupo e atividades interativas, para que os alunos compreendam melhor esses conceitos e sua relevância no cotidiano.

Posteriormente, serão discutidos os direitos políticos, com foco no papel do cidadão na escolha de seus representantes e na participação ativa nos processos decisórios do país. A sequência didática explorará diversas formas de engajamento político, como o exercício do voto, a participação em movimentos sociais e outras formas de ativismo cívico. Por meio de atividades práticas, como debates, os alunos compreenderão a importância de sua atuação na sociedade e como suas vozes podem influenciar decisões políticas e sociais.

Por fim, será dedicado um módulo aos direitos sociais, que são fundamentais para garantir o bem-estar coletivo e o desenvolvimento humano. Serão discutidos aspectos importantes como o direito à saúde, à educação e ao trabalho. A sequência didática destacará a relevância desses direitos para a promoção da equidade e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Através de discussões e atividades práticas, os alunos serão estimulados a refletir sobre o impacto desses direitos em suas vidas e sobre a importância de defendê-los para assegurar condições de vida dignas a todos os cidadãos.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE NOÇÕES JURÍDICAS CONSTITUCIONAIS

Etapa: Ensino Médio

Número de aulas: 10 (dez)

Competência prevista na BNCC - Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

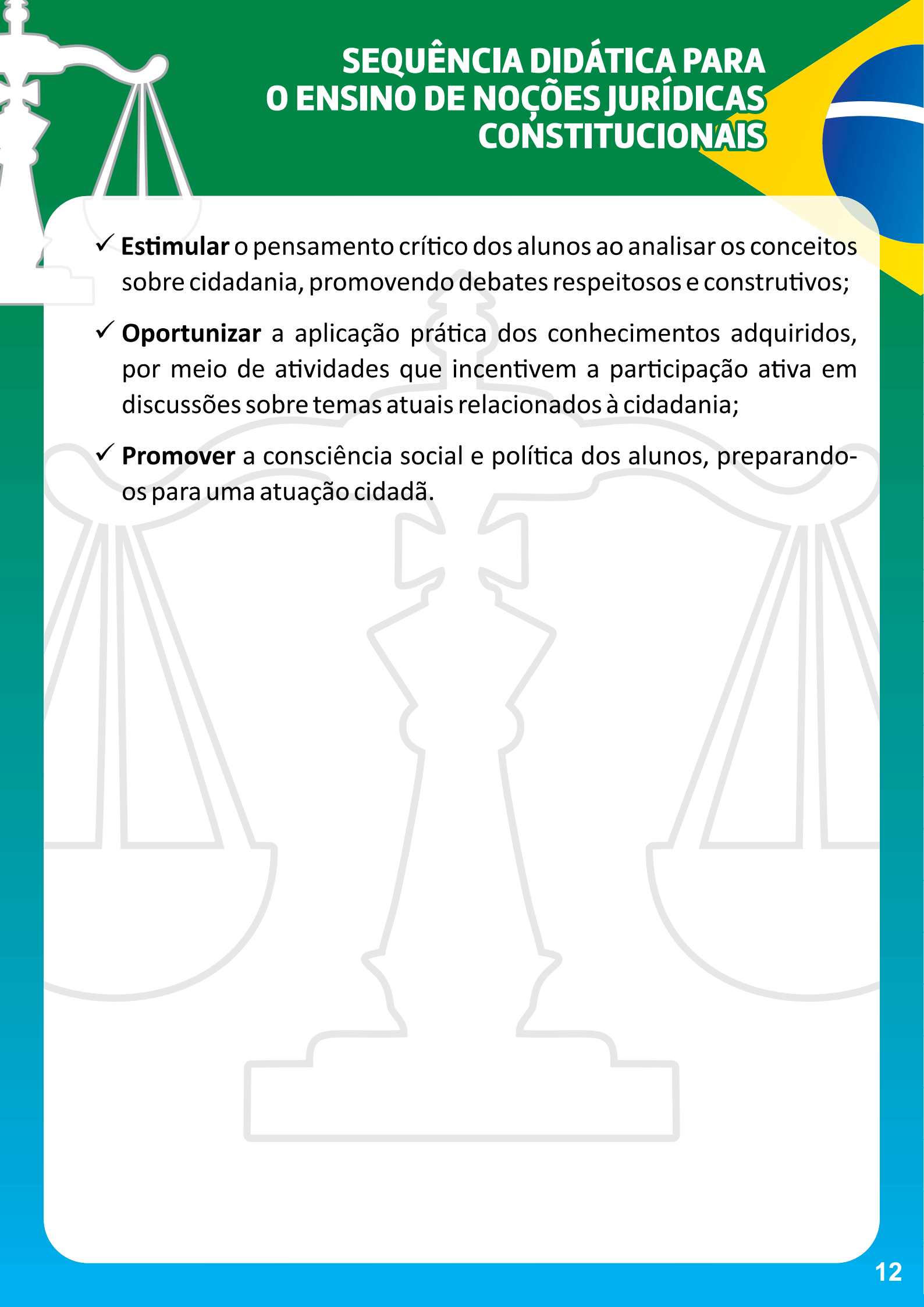
Habilidades a serem desenvolvidas conforme a BNCC

(EM13CHS602) Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual.

(EM13CHS606) Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.

Objetivos: promover o entendimento prático dos direitos civis, políticos e sociais e sua relevância na democracia, além de:

- ✓ **Possibilitar** a compreensão de noções jurídicas constitucionais e sua importância para a formação cidadã;



SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DE NOÇÕES JURÍDICAS CONSTITUCIONAIS

- ✓ **Estimular** o pensamento crítico dos alunos ao analisar os conceitos sobre cidadania, promovendo debates respeitosos e construtivos;
- ✓ **Oportunizar** a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, por meio de atividades que incentivem a participação ativa em discussões sobre temas atuais relacionados à cidadania;
- ✓ **Promover** a consciência social e política dos alunos, preparando-os para uma atuação cidadã.

MÓDULO 1

CONSTITUIÇÃO FEDERAL: GUARDIÃ DOS DIREITOS E DEVERES DOS CIDADÃOS

Figura 1 – Constituição Federal



Fonte: Página Constituição Libertadora.¹

¹ - Disponível em: <https://constituicaolibertadora.com.br> Acesso em: 02 set. 2024.

MÓDULO 1 – CONSTITUIÇÃO FEDERAL: GUARDIÃ DOS DIREITOS E DEVERES DOS CIDADÃOS

Você já parou para pensar em como as regras que regem nossa sociedade são elaboradas? O que faz uma lei ser tão importante que precisa ser respeitada por todos? Vamos explorar juntos o que é a Constituição e por que ela é fundamental para a nossa vida em sociedade.

Imagine que a Constituição é como um grande manual que organiza tudo: os direitos que você tem, as responsabilidades que devemos cumprir e até como os governantes devem agir. Mas e se eu te disser que o Brasil já teve mais de uma Constituição? Que tal descobrir como cada uma delas reflete os valores e os desafios da época em que foi criada?

Prepare-se para uma jornada pelo conhecimento jurídico, onde suas perguntas serão a chave para entender melhor o mundo à sua volta. Vamos juntos desvendar os conceitos e as histórias por trás das constituições do Brasil!

Mas afinal, o que é a Constituição Federal de um país?



Você sabe quantas Constituições o Brasil já teve ao longo da história? Clique aqui e descubra, aposto que você vai se surpreender!



AULA 1 – ROTEIRO

Tema: Importância da Constituição Federal e histórico das constituições brasileiras.

Duração: 50 minutos

Objetivo:

- Compreender a Constituição como garantidora dos direitos e deveres.
- Conhecer um breve histórico das 7 constituições brasileiras.

Etapas da aula:

1. Atividade inicial (5 minutos): valorizar conhecimentos prévios.

- Pergunta inicial: O que vocês sabem sobre a Constituição Federal?
- Breve discussão para valorizar o conhecimento prévio dos alunos.

2. Exposição teórica (15 minutos):

- Explicação da importância da Constituição Federal como um pacto social que garante direitos e deveres.
- Destacar a "Constituição Cidadã" de 1988.

3. Histórico das constituições (15 minutos):

- Apresentar de forma breve as 7 constituições.
- Links para mais informações sobre cada constituição.

4. Reflexão e debate (10 minutos):

- Pergunta final: Como as Constituições refletem os momentos históricos?
- Discussão rápida sobre as mudanças constitucionais e seu impacto na sociedade.

Avaliação:

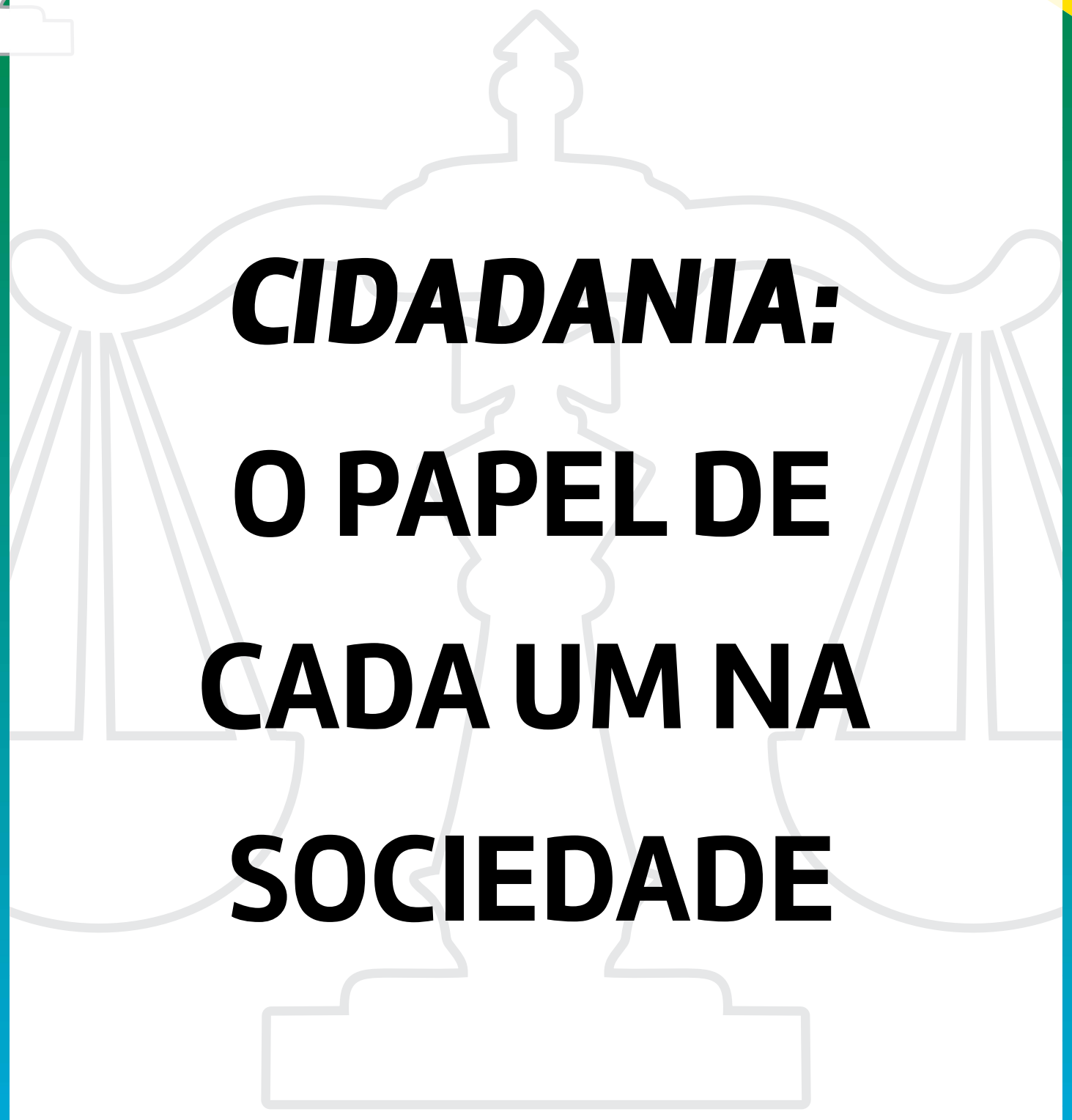
- Participação nas discussões e capacidade de refletir sobre a evolução constitucional.

Recursos:

- Quadro e links para leitura adicional.



MÓDULO 2



CIDADANIA: **O PAPEL DE** **CADA UM NA** **SOCIEDADE**

MÓDULO 2 – CIDADANIA: O PAPEL DE CADA UM NA SOCIEDADE

Afinal, o que é CIDADANIA?

Cidadania é o conjunto de direitos e deveres que cada pessoa tem em relação à sua sociedade e ao seu país. Não se trata apenas de ter um documento que comprova que você é cidadão; ser cidadão é também participar ativamente da vida da comunidade. Isso significa que você tem direitos, como acesso à educação e à saúde, mas também responsabilidades, como respeitar as leis e ajudar a construir um ambiente melhor para todos. Além disso, a cidadania envolve se engajar em questões sociais e políticas, como votar e lutar por mudanças que você acredita serem necessárias.

Figura 2 – Imagem representando ações cidadãs



Fonte – Elaborado pelos autores.

MÓDULO 2 – CIDADANIA: O PAPEL DE CADA UM NA SOCIEDADE

Conforme Moraes e Kim (2013), o conceito de cidadania nos remete ao conceito de democracia, uma vez que a Constituição Federal em seu artigo primeiro enfatiza a cidadania como um dos fundamentos do Estado democrático, ou seja, participativo.

Agora, para entender ainda mais a importância da cidadania e como ela impacta sua vida, que tal assistir a um vídeo superinteressante sobre o tema? Nele, você descobrirá como pequenas ações podem fazer uma grande diferença e por que sua voz é fundamental em nossa sociedade. Prepare-se para se inspirar e se engajar! Clique no link e venha aprender mais sobre como você pode ser um cidadão ativo e consciente!

O que é cidadania? – Youtube



MÓDULO 2 – CIDADANIA: O PAPEL DE CADA UM NA SOCIEDADE

Agora sim!

Ser cidadão implica ter acesso aos direitos à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade diante da lei, ou seja, usufruir de direitos civis. Também envolve a participação na construção da sociedade, que inclui votar, ser eleito e exercer direitos políticos. Contudo, os direitos civis e políticos não garantem a democracia sem a presença dos direitos sociais, que asseguram a inclusão do indivíduo na riqueza coletiva, como o direito à educação, a um trabalho digno, à saúde e a uma velhice tranquila.

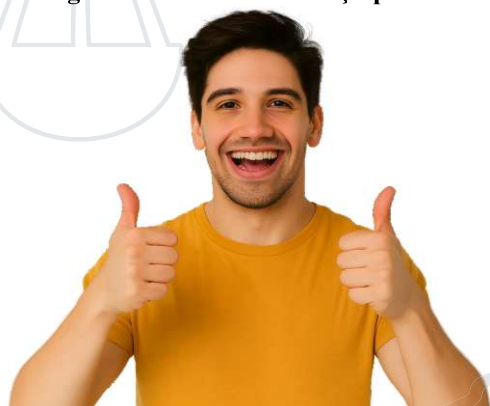
Figura 3 – Pensando sobre a cidadania



Fonte – Elaborado pelos autores.

MÓDULO 2 – CIDADANIA: O PAPEL DE CADA UM NA SOCIEDADE

Figura 4 – Incentivo ao caça-palavras



Fonte – Elaborado pelos autores.

CAÇA-PALAVRAS CIDADANIA

T	L	I	B	E	R	D	A	D	E	E	D	P
R	V	W	Z	F	H	Q	N	R	D	E	R	I
A	P	I	W	Q	I	V	Y	U	M	O	G	O
N	O	L	G	B	L	Q	C	O	P	U	M	H
S	L	F	L	A	S	A	C	R	A	C	Q	L
P	Í	V	D	H	Ç	R	I	L	I	E	E	A
O	T	I	H	Ã	A	E	D	B	I	G	O	B
R	I	V	O	C	D	A	O	T	O	V	Ã	A
T	C	V	I	A	D	A	E	O	E	S	Ç	R
E	A	A	D	E	D	D	M	Z	V	I	T	
I	I	E	O	I	P	M	Ú	Q	O	G	E	F
D	N	L	V	N	S	A	A	V	F	X	L	L
P	M	K	J	E	U	A	S	M	B	T	E	H

DEMOCRACIA
EDUCAÇÃO
ELEIÇÃO
IGUALDADE
LIBERDADE
POLÍTICA
PROPRIEDADE
SAÚDE
TRABALHO
TRANSPORTE
VIDA
VOTO

CLIQUE AQUI E ACESSE A VERSÃO ONLINE



AULA 2 – ROTEIRO

Tema: Cidadania: construindo uma sociedade justa com a participação de todos

Duração: 50 minutos

Objetivo: Compreender os conceitos básicos de cidadania, direitos e deveres, e a importância da participação ativa na sociedade.

Etapas da aula:

1. Atividade inicial (5 minutos): valorizar conhecimentos prévios.

- Pergunte: O que significa ser cidadão?
- Peça que alguns alunos compartilhem suas respostas rapidamente, gerando um diálogo inicial sobre a importância do tema.

2. Exposição teórica (15 minutos):

- Explique os conceitos principais de cidadania: direitos, deveres, participação social e respeito às leis.
- Use exemplos práticos, como o voto e a convivência em sociedade.

Vídeo (5 minutos):

- Exiba o vídeo pelo data show ou permita que os alunos assistam diretamente pelo ebook acessando o link disponível.

3. Atividade pedagógica (20 minutos):

Caça-Palavras

- Incentive os alunos a realizarem o caça-palavras com termos relacionados à cidadania.
- Os alunos podem realizar a atividade impressa ou online, através de um link no ebook.

4. Avaliação (5 minutos):

- Faça uma avaliação diagnóstica ao final, perguntando: "O que vocês aprenderam hoje sobre cidadania e como podem aplicar isso no dia a dia?"

Recursos:

- Quadro e pincel.
- Computador e projetor para o vídeo.
- Cópias do caça-palavras (papel ou link online no ebook).
- Link do vídeo no ebook para que os alunos assistam individualmente, se preferirem.



MÓDULO 3



DIREITOS CIVIS: **PILARES DA** **CIDADANIA**

MÓDULO 3 – DIREITOS CIVIS: PILARES DA CIDADANIA

Os direitos civis elencados no artigo 5º da Constituição Federal representam a primeira dimensão de direitos fundamentais, assegurando a todos os cidadãos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade de direitos essenciais, como a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade. Esses direitos, previstos no caput do artigo, estabelecem a base para a participação cidadã ao garantir a todos o tratamento igualitário perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Ao proteger essas liberdades individuais, a Constituição permite que os indivíduos possam exercer plenamente sua cidadania, contribuindo para uma sociedade mais justa e democrática, onde os direitos e deveres de cada pessoa são respeitados e assegurados.

Entre esses direitos, a liberdade de expressão e a igualdade se destacam como pilares essenciais para a promoção da cidadania. Estes dois direitos não apenas garantem a voz de cada indivíduo, mas também são cruciais para a construção de uma sociedade justa e democrática. Por isso, trataremos com mais detalhes a importância da liberdade de expressão e da igualdade na formação de uma cidadania ativa e comprometida.

Liberdade de expressão

A liberdade de expressão é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal do Brasil, especificamente em seu Art. 5º, inciso IV, estabelece que é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato (Brasil, 1988). Este princípio assegura que todos têm o direito de expressar suas ideias e opiniões sem medo de censura, enquanto também estabelece a responsabilidade de se identificar ao fazê-lo.

MÓDULO 3 – DIREITOS CIVIS: PILARES DA CIDADANIA

A liberdade de expressão implica tanto um direito quanto um dever. O direito de se manifestar livremente permite que indivíduos expressem suas opiniões e ideias, contribuindo para um debate democrático. No entanto, esse direito vem acompanhado de responsabilidades. Cada pessoa deve ser consciente de que sua manifestação pode impactar outras vidas e, por isso, é fundamental agir com respeito e ética. A prática da liberdade de expressão não deve promover discurso de ódio, difamação ou qualquer forma de violência, refletindo a importância de um diálogo construtivo e respeitoso na sociedade.

Direitos fundamentais associados à liberdade de expressão

Figura 5 – Direito à opinião, reunião, protesto e liberdade de imprensa



Fonte – Elaborado pelos autores.

 **MÓDULO 3 – DIREITOS CIVIS:
PILARES DA CIDADANIA**

Liberda
A liberco

A liberdade de expressão pode ser limitada ou impedida quando acontecer algumas dessas ações:

Fonte – Elaborado pelos autores.

An illustration of two children standing on a light blue path. On the left, a girl with brown hair, wearing a yellow shirt and green overalls, has her hand to her chin in a thinking pose. On the right, a boy with dark skin and hair, wearing a pink shirt and blue pants, has his hands outstretched in a shrug. A large red question mark floats in the air between them.

Fonte – Elaborado pelos autores.

[illegible]

Fonte – Elaborado pelos autores.

A close-up photograph of a computer keyboard. A magnifying glass is positioned over a key that is labeled 'fake news'. The key is a standard grey color with black text. The magnifying glass has a black frame and a silver handle. The background shows other keys on the keyboard, including 'T', 'P', 'U', 'Y', 'G', 'B', 'N', 'M', and 'H'. The lighting is soft, and the focus is sharp on the 'fake news' key.

Fonte – Elaborado pelos autores.

AULA 3 – ROTEIRO

Tema: Liberdade de expressão

Duração: 50 minutos

Objetivo: Compreender os direitos fundamentais associados à liberdade de expressão e identificar suas limitações.

Etapas da aula:

1. Atividade inicial (10 minutos): valorizar conhecimentos prévios.

- Pergunte aos alunos: O que vocês entendem por liberdade de expressão?

- Solicite que compartilhem exemplos em que essa liberdade é exercida no dia a dia (opiniões, protestos, etc.).

2. Explicação teórica (20 minutos):

- Direitos fundamentais associados à liberdade de expressão:

- Direito à opinião
- Liberdade de imprensa
- Direito de reunião
- Direito de protesto

- O que não é liberdade de expressão:

- Discurso de ódio
- Incitação à violência
- Divulgação de informações falsas (fake news)

Utilize o data show para apresentar slides e o link do ebook para referências adicionais.

3. Atividade pedagógica - Roda de conversa (15 minutos):

- Promova uma roda de conversa onde os alunos poderão discutir casos reais e exemplos sobre liberdade de expressão e suas limitações.

- Estimule que compartilhem experiências pessoais ou notícias que ilustrem a discussão.

4. Avaliação (5 minutos):

- Realize uma breve avaliação diagnóstica, perguntando:
- Quais são os limites da liberdade de expressão?
- Como podemos garantir que essa liberdade seja respeitada sem infringir os direitos dos outros?

Recursos:

- Data show para apresentação de slides.
- Link do ebook para acesso a materiais complementares.
- Quadro e pincel para anotações e organização das ideias.

MÓDULO 3 – DIREITOS CIVIS: PILARES DA CIDADANIA

Igualdade

Este direito, previsto na Constituição Federal, art. 5º, assegura que todos têm os mesmos direitos e deveres, independentemente de sua origem, raça, gênero ou qualquer outra característica (Brasil, 1988). A igualdade de direitos é fundamental para a construção de uma sociedade justa, onde cada indivíduo pode desfrutar das mesmas oportunidades e ser tratado com dignidade. Sem a garantia da igualdade, as liberdades individuais, incluindo a liberdade de expressão, correm o risco de ser comprometidas, pois algumas vozes podem ser silenciadas ou ignoradas.

No entanto, a igualdade por si só não é suficiente para garantir justiça social. É aqui que a equidade desempenha um papel essencial: ao reconhecer que diferentes indivíduos podem enfrentar barreiras distintas em suas jornadas, a equidade busca ajustar as oportunidades e os recursos disponíveis, permitindo que todos alcancem um patamar semelhante de bem-estar. Dessa forma, a equidade complementa a igualdade, promovendo um ambiente mais inclusivo e favorável ao desenvolvimento de cada cidadão.

Igualdade na diversidade: o direito que reconhece e respeita diferenças

✓ **Promoção da justiça social:** A igualdade de direitos é crucial para garantir que todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas, contribuindo para a justiça social e a eliminação de desigualdades históricas.

✓ **Fortalecimento da democracia:** Em uma sociedade democrática, a igualdade de direitos assegura que todos os cidadãos possam participar ativamente da vida política, exercendo seus direitos de voto e expressão.

 **MÓDULO 3 – DIREITOS CIVIS:
PILARES DA CIDADANIA**

✓ **Valorização**
da igualdade de
a diversidade c
um ambiente

Figura 10 – Grupos da diversidade



Fonte – Elaborado pelos autores.

✓ **Proteção contra discriminação:** Garantir a igualdade de direitos é uma forma de proteger indivíduos e grupos contra discriminação com base em raça, gênero, orientação sexual, religião ou qualquer outra característica.

Reconhecer o direito à diferença é compreender que a igualdade não significa apagar as particularidades, mas garantir que todas as pessoas sejam respeitadas em suas identidades, histórias e formas de existir. Esse direito valoriza a diversidade humana — de gênero, raça, religião, cultura, aparência, condição social ou orientação — e protege contra práticas que tentam impor padrões únicos de comportamento ou de pertencimento. Quando alguém é alvo de bullying ou cyberbullying, essa violência atinge diretamente o direito à diferença, negando o respeito à dignidade e ao espaço do outro. Por isso, conhecer, refletir e combater essas práticas é também uma forma de promover uma escola mais justa e plural.

Saiba mais sobre bullying e cyberbullying neste material educativo:

https://www.youtube.com/watch?v=xfNMG4c_1Qs



MÓDULO 3 – DIREITOS CIVIS: PILARES DA CIDADANIA

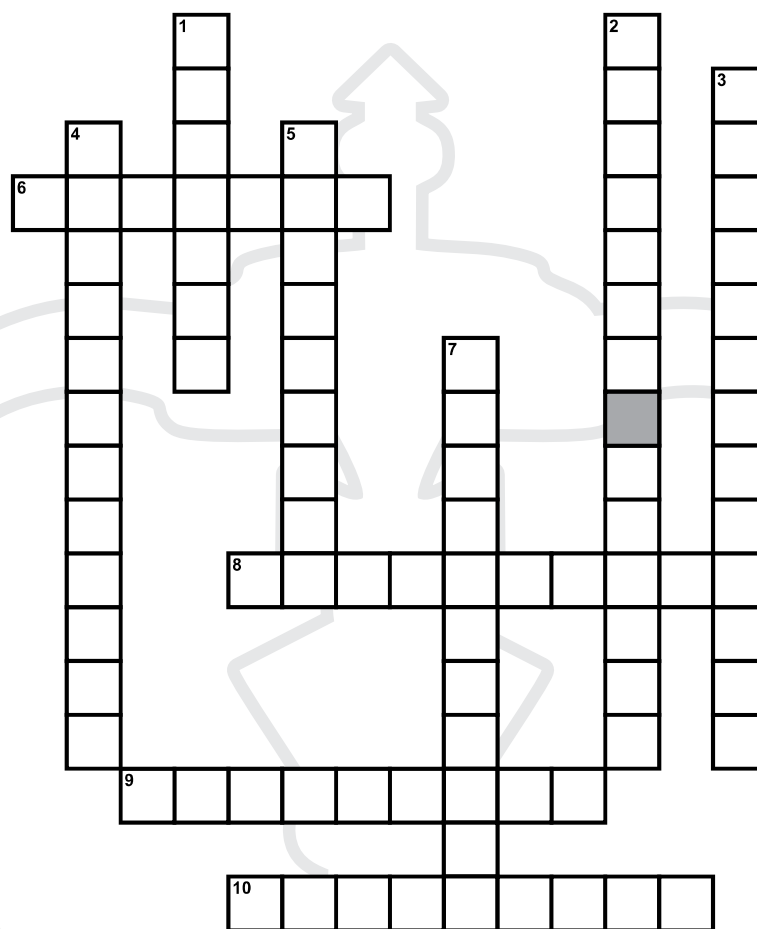
Desafios à igualdade de direitos

Apesar dos avanços, a igualdade de direitos ainda enfrenta muitos desafios. Discriminação sistemática, preconceitos enraizados e políticas públicas inadequadas podem impedir que grupos minoritários usufruam plenamente de seus direitos. É fundamental que haja um comprometimento contínuo da sociedade civil, do governo e de instituições para combater essas injustiças.

A igualdade de direitos é um pilar fundamental para a cidadania plena e o desenvolvimento de sociedades justas e equitativas. Promover a igualdade não apenas garante a dignidade de todos os indivíduos, mas também fortalece a coesão social e a democracia, criando um futuro mais inclusivo para todos.

MÓDULO 3 – DIREITOS CIVIS: PILARES DA CIDADANIA

Palavras cruzadas: liberdade e igualdade



VERTICAL ↓

- 1 Qualquer ofensa à dignidade de alguém
- 2 Princípio que promove a igualdade de oportunidades para todos
- 3 Tratamento desigual
- 4 Elemento essencial para uma sociedade democrática
- 5 Imputação de fato ofensivo à reputação de alguém
- 7 Ambiente em que as diferenças são respeitadas e celebradas

HORIZONTAL →

- 6 Imputação falsa de um fato criminoso a alguém
- 8 Prática que se opõe ao discurso de ódio e à incitação à violência
- 9 Garantida para expressar opiniões e ideias
- 10 Demonstrar repulsa ou revolta; insurgir-se, reclamar

CLIQUE AQUI E ACESSE A VERSÃO ONLINE



AULA 4 – ROTEIRO

Tema: Igualdade

Duração: 50 minutos

Objetivo: promover a interação e reflexão dos alunos sobre a importância e os desafios da igualdade de direitos.

Etapas da Aula:

1. Atividade inicial (10 minutos): valorizar conhecimentos prévios.

- Pergunte aos alunos: A igualdade prevista na lei realmente garante a igualdade na vida real? Quais exemplos vocês conhecem que mostram o contrário?

- Incentive uma breve discussão em grupo sobre a percepção de igualdade na sociedade, destacando experiências pessoais ou notícias.

2. Exposição teórica (20 minutos):

- Importância da igualdade de direitos:

- o Promoção da justiça social
- o Fortalecimento da democracia
- o Valorização da diversidade
- o Proteção contra discriminação

- Desafios à igualdade de direitos:

- o Discriminação racial, de gênero, e socioeconômica
- o Acesso desigual a oportunidades e recursos

Utilize o data show para apresentar os principais pontos e gráficos que ilustrem a desigualdade na sociedade.

3. Atividade pedagógica (15 minutos): palavras cruzadas

- Incentive os alunos a realizarem as palavras cruzadas com termos relacionados à cidadania.

- Os alunos podem realizar a atividade impressa ou online, através de um link no ebook.

4. Avaliação (5 minutos):

- Pergunte aos alunos: "Quais ações podem ser tomadas para promover a igualdade na sociedade?"

- Incentive a reflexão sobre a aplicação dos conceitos aprendidos em situações práticas.

Recursos:

- Ebook com material complementar.
- Data show para apresentação de slides.
- Cópias da atividade de palavras cruzadas.

AULA 5 – ROTEIRO

Tema: Direito à diferença

Duração: 50 minutos

Objetivo:

- Compreender o conceito de direito às diferenças, destacando sua relação com a igualdade constitucional e os direitos das minorias.
- Sensibilizar os alunos para a valorização e respeito às minorias no contexto brasileiro, promovendo o debate sobre preconceitos e discriminações históricas.

Etapas da Aula

1. Atividade inicial (10 minutos): reflexão e sensibilização

- Dinâmica:

Entregue papéis com frases para reflexão, como:

- o O que significa ser igual em uma sociedade tão diversa?
- o Por que alguns grupos precisam de proteção especial para garantir seus direitos?
- o Já presenciei ou vivenciei situações de discriminação?
- o Orientação: Peça que os alunos reflitam individualmente e compartilhem brevemente.

2. Exposição Teórica (20 minutos): Introdução ao Direito às Diferenças

Pontos Principais:

1. Conceito de igualdade: Igualdade formal e material (o direito de tratar os desiguais de maneira desigual na medida de suas desigualdades).

Igualdade Formal: Todos são tratados de maneira igual perante a lei (ex.: direito ao voto, casamento igualitário).

Igualdade Material: Leis e políticas ajustam as condições para garantir justiça e equidade (ex.: cotas raciais, Lei Maria da Penha, acessibilidade para deficientes).

2. Direito às diferenças:

- o Proteção jurídica de minorias garantida pela Constituição Brasileira (art. 5º e art. 231).
- o O direito de preservar identidades culturais e evitar discriminações.

AULA 5 – ROTEIRO

3. Grupos abordados (exemplos de minorias):
 - o Povos indígenas (direito à terra, cultura e autodeterminação).
 - o População cigana (educação, reconhecimento cultural e dignidade).
 - o Pessoas LGBTQIAP+ (combate à discriminação e violência, casamento igualitário).
 - o Pessoas com deficiência (acessibilidade, inclusão e Lei Brasileira de Inclusão).
 - o Mulheres (equidade de gênero e combate à violência).
 - o Idosos (direitos assegurados pelo Estatuto do Idoso).
 - o População negra (ações afirmativas, combate ao racismo).
 - o Pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

3. Atividade pedagógica (15 minutos): Debate em grupos

1. Divida a turma em pequenos grupos e atribua um grupo minoritário para cada equipe (por exemplo: indígenas, LGBTQIAP+, pessoas com deficiência, mulheres).
2. Tarefa:
 - o Identificar desafios enfrentados pelo grupo.
 - o Apontar ações e políticas públicas necessárias para garantir seus direitos.
3. Após 10 minutos de discussão, cada grupo apresenta suas conclusões brevemente.

4. Avaliação (5 minutos):

- Faça um resumo participativo com os alunos, destacando as principais ideias discutidas.
- Proponha que cada aluno escreva em 1-2 frases o que mais aprendeu ou um compromisso pessoal para combater a discriminação.

Recursos

- Computador e projetor para apresentação de slides.
- Textos e imagens representando as minorias.
- Cartazes ou quadro branco para anotações.
- Papéis para as atividades.



MÓDULO 4



DIREITOS POLÍTICOS: DO VOTO À VOZ

MÓDULO 4 – DIREITOS POLÍTICOS: DO VOTO À VOZ

O que são direitos políticos

Os direitos políticos constituem um conjunto de garantias fundamentais que permitem aos cidadãos participarem ativamente do processo democrático de um país. Esses direitos englobam a possibilidade de votar, candidatar-se a cargos públicos e expressar opiniões políticas.

Além disso, garantem a igualdade de oportunidades, bem como a liberdade de expressão e de associação política. Os direitos políticos habilitam os cidadãos a influenciar as decisões governamentais e a exercer sua cidadania de maneira efetiva.

Assim, são fundamentais para a formação de sociedades democráticas e justas, assegurando a inclusão de todos os indivíduos no processo político.

Quais são os direitos políticos

Os direitos políticos são:

Direito de voto: permite que os cidadãos escolham quem vai representá-los e tomar decisões em seu nome.

Figura 11 – Urna eletrônica



Fonte – Elaborado pelos autores.

Figura 12 – e-título



Fonte – Elaborado pelos autores.

Direito de ser votado: dá a qualquer pessoa a chance de se candidatar a cargos políticos, com exceção dos inalistáveis e dos analfabetos, que são inelegíveis, conforme dispõe o artigo 14, § 4º, da Constituição Federal de 1988.

MÓDULO 4 – DIREITOS POLÍTICOS: DO VOTO À VOZ

Figura 13 – Manifestação política



Fonte – Elaborado pelos autores.

Direito de se manifestar politicamente: assegura que a população possa protestar, participar de manifestações e se expressar publicamente.

Além disso, os direitos políticos garantem a liberdade de expressão, a liberdade de se associar a grupos e a igualdade de oportunidades para todos.

Como surgiram os direitos políticos

Os direitos políticos têm uma história extensa, mas foram formalmente reconhecidos como essenciais para os cidadãos apenas com a Revolução Francesa, no final do século XVIII. Esse período marcou grandes transformações sociais e políticas na França, que resultaram na derrubada da monarquia e na criação de uma república democrática. Inicialmente, o direito de voto era restrito a uma minoria: apenas homens com determinada renda ou propriedade podiam votar — o chamado voto censitário. Somente décadas depois o sufrágio universal masculino foi conquistado, incluindo todos os homens, independentemente de classe social. As mulheres, por sua vez, só passaram a votar muito mais tarde, após longas lutas por igualdade de direitos.

Desde então, a luta pelos direitos políticos tem sido contínua em várias partes do mundo, especialmente em nações sob regimes autoritários e ditatoriais. Ao longo do tempo, importantes avanços foram conquistados, como o direito ao sufrágio feminino, a proteção do voto secreto e a ampliação do direito de voto para grupos historicamente marginalizados, como os afrodescendentes e minorias étnicas.

MÓDULO 4 – DIREITOS POLÍTICOS: DO VOTO À VOZ

Os direitos políticos resultam de uma longa e difícil luta por liberdade e igualdade, e permanecem como um componente essencial da democracia contemporânea. Nesse contexto, a democracia pode ser vista como um sistema complexo, pois envolve a convivência de diferentes ideias, disputas e até mesmo conflitos, mas ainda assim mantém as pessoas unidas como uma comunidade (Morin, 2000).

Os direitos políticos são, sem dúvida, o cerne da democracia, pois garantem a participação ativa dos cidadãos na construção de sua sociedade. Eles nos permitem escolher nossos representantes, expressar nossas opiniões e influenciar as decisões que afetam nossas vidas. Sem esses direitos, a voz do povo é silenciada, e a democracia se torna apenas uma ilusão. É fundamental que todos nós, especialmente os jovens, compreendamos a importância desses direitos e a necessidade de defendê-los. Ao fazer isso, não apenas fortalecemos nossa democracia, mas também garantimos um futuro mais justo e equitativo para todos.

Figura 14 – Cidadania eleitoral



Fonte – Elaborado pelos autores.

QUIZ - DIREITOS POLÍTICOS

CLIQUE AQUI E DIVIRTA-SE!



AULA 6 – ROTEIRO

Tema: Direitos Políticos

Duração: 50 minutos

Objetivo: promover o entendimento prático dos direitos políticos e sua relevância na democracia.

Etapas da aula:

1. Atividade inicial (10 minutos): valorizar conhecimentos prévios.

- Pergunte aos alunos: Algum de vocês já votou? Vocês conhecem alguém que já foi candidato?

- Questione: Por que vocês acham que o direito ao voto é importante para a sociedade?

- Incentive a reflexão sobre como os direitos políticos são exercidos no cotidiano, como a participação em manifestações políticas e a escolha de representantes.

2. Exposição teórica (20 minutos):

- O que são Direitos Políticos: explicação sobre a participação ativa dos cidadãos na vida política.

- Quais são os direitos políticos:

- o Direito de voto

- o Direito de ser votado (candidatura)

- o Direito de se manifestar politicamente

- Como surgiram os direitos políticos:

- o Breve histórico sobre a evolução dos direitos políticos, desde as lutas pela inclusão de mais grupos no processo eleitoral até a universalização do direito ao voto.

Utilize o data show para apresentar uma linha do tempo com a evolução dos direitos políticos no Brasil e no mundo.

3. Atividade pedagógica (15 minutos): Quizz - Direitos Políticos

- o O professor deve incentivar os alunos a responder as questões do quizz sobre os direitos políticos. O quizz pode ser disponibilizado impresso ou acessado online por meio do link indicado no ebook

- o Os alunos podem responder individualmente ou em grupos.

4. Avaliação (5 minutos):

- Pergunte: Como vocês acreditam que os direitos políticos influenciam a nossa vida diária e as decisões do país?

- Incentive uma reflexão final sobre a importância de exercer esses direitos com responsabilidade.

Recursos:

- Ebook com material complementar.

- Data show para apresentação de slides.

- Quiz impresso ou online.



MÓDULO 5



DIREITOS SOCIAIS: CIDADANIA EM AÇÃO

MÓDULO 5 – DIREITOS SOCIAIS: CIDADANIA EM AÇÃO

Os direitos sociais são fundamentais para garantir a dignidade e o bem-estar dos indivíduos em uma sociedade. Eles asseguram o acesso a condições mínimas de vida e a oportunidades para todos. Os direitos sociais são um tipo especial de direito fundamental que se diferenciam dos outros porque dependem de uma maior ação do governo. Para que eles sejam realmente garantidos, o Estado precisa intervir e tomar medidas específicas para colocá-los em prática. Com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais, os direitos sociais surgem para criar um sistema de proteção voltado especialmente para quem está em uma situação de maior vulnerabilidade, seja por sua condição econômica, política ou por estar socialmente marginalizado, conforme Dias (2019). Neste módulo, apresentaremos direitos sociais previstos do Art. 6º da Constituição Federal.

Direito à educação

O direito à educação é fundamental para o desenvolvimento pessoal e social. Ele garante que todos os indivíduos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua origem social ou econômica. A educação é um pilar para a promoção da cidadania, permitindo que as pessoas adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para participar plenamente na sociedade.

O direito à educação é muito importante, porque educação não apenas qualifica indivíduos, mas também contribui para o desenvolvimento econômico e social de uma nação. Ela promove a igualdade de oportunidades e ajuda a reduzir desigualdades (Fernandes-Sobrinho, 2024).

MÓDULO 5 – DIREITOS SOCIAIS: CIDADANIA EM AÇÃO

Agora, quero que você reflita sobre a importância da educação de uma maneira mais profunda. Imagine uma vida onde a educação não faz parte do cotidiano, onde as oportunidades se fecham e o ciclo de dificuldades nunca é quebrado. O curta "Vida Maria" nos leva a essa realidade, mostrando como a ausência de educação pode aprisionar gerações em condições de miséria e falta de perspectivas.

Figura 15 – Vídeo Vida Maria



Fonte – Canal oficial do Vida Maria.²



² Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yFpoG_htum4&t=7s Acesso em: 04 set. 2024.

AULA 7 – ROTEIRO

Tema: Direito à Educação

Duração: 50 minutos

Objetivo: proporcionar uma reflexão sobre o direito à educação e seu impacto na vida individual e na sociedade.

Etapas da aula:

1. Atividade inicial (10 minutos): valorizar conhecimentos prévios.

Pergunte aos alunos: O que vocês entendem por direito à educação garantido pela Constituição Federal?

- Estimule a discussão sobre a importância do acesso à educação e como ela impacta suas vidas e o futuro da sociedade.

2. Exposição teórica (20 minutos):

- Aborde a importância da educação para:
 - o Quebrar ciclos de pobreza.
 - o Desenvolver uma compreensão crítica sobre os efeitos da falta de acesso à educação.

- Discuta como a educação é fundamental para o desenvolvimento pessoal e social, promovendo igualdade de oportunidades.

- Exiba o vídeo "Vida Maria" (9 minutos) para ilustrar a realidade de muitas crianças e a importância da educação como meio de transformação.

3. Atividade Pedagógica (15 minutos):

Roda de Conversa

- Promova uma roda de conversa sobre a importância da educação. Sugestões de perguntas:

- o Como a educação pode mudar a vida de uma pessoa?
- o Quais são os desafios que muitas pessoas enfrentam para ter acesso à educação?
- o O que vocês acham que poderia ser feito para garantir uma educação de qualidade para todos?

4. Avaliação (5 minutos):

- Peça que os alunos respondam: Por que o direito à educação é fundamental para a construção de uma sociedade justa e igualitária?

Recursos:

- Vídeo "Vida Maria" (9 minutos).
- Data show para exibição do vídeo.
- Quadro e pincel para anotações durante a exposição teórica e a roda de conversa.

MÓDULO 5 – DIREITOS SOCIAIS: CIDADANIA EM AÇÃO

Direito ao trabalho

O trabalho é um dos pilares da dignidade humana e está consagrado como um direito social fundamental na Constituição Federal. Ele não se resume apenas à garantia de emprego, mas também abrange condições justas e favoráveis de trabalho, como um salário digno, jornada adequada e proteção contra a exploração. O direito ao trabalho é essencial para a autonomia do cidadão e o desenvolvimento do país, além de ser uma via para a inclusão social.

A Constituição de 1988 reforça a importância desse direito ao determinar que o Estado e a sociedade devem garantir políticas públicas que promovam o pleno emprego e protejam os trabalhadores em todas as suas formas de atuação. Assim, o direito ao trabalho não se refere apenas ao trabalhador formal, mas também engloba a proteção do autônomo, do trabalhador rural e dos profissionais informais. Valorizar o trabalho é valorizar a cidadania e construir um país mais justo e igualitário.

Apesar dos avanços na legislação e na fiscalização, o trabalho infantil e o trabalho análogo à escravidão ainda persistem como graves problemas sociais no Brasil. O trabalho infantil, que priva crianças e adolescentes de seus direitos fundamentais, como a educação e o lazer, impede o pleno desenvolvimento de sua cidadania. Além disso, muitas dessas crianças e adolescentes são expostos a situações perigosas que afetam sua saúde física e mental, comprometendo seu futuro.

O trabalho análogo à escravidão é outra realidade que viola frontalmente os direitos humanos. Mesmo com as leis brasileiras proibindo qualquer forma de trabalho degradante, algumas pessoas ainda são submetidas a jornadas exaustivas, condições desumanas e exploração severa. É dever de toda a sociedade, juntamente com o poder público, combater essas práticas e garantir que todos os cidadãos possam exercer seu direito ao trabalho de forma digna, sem exploração e com respeito aos direitos fundamentais.

MÓDULO 5 – DIREITOS SOCIAIS: CIDADANIA EM AÇÃO

Vídeos:

Trabalho infantil: conheça as consequências, aborda as causas e consequências do trabalho infantil, e o segundo, **Trabalho escravo contemporâneo**, apresenta histórias reais e medidas de combate ao trabalho análogo à escravidão.

<https://www.youtube.com/watch?v=8jx8OuHFwMQ>

Trabalho Infantil: Conheça as consequências

<https://www.youtube.com/watch?v=TGeEu7lR0QE>

O trabalho escravo contemporâneo

AULA 8 – ROTEIRO

Tema: Direito ao Trabalho

Duração: 50 minutos

Objetivo: reflexão crítica sobre o direito ao trabalho e os desafios relacionados à sua garantia.

Etapas da Aula:

1. Atividade Inicial (10 minutos): valorizar conhecimentos prévios.

- Pergunte aos alunos: O que vocês entendem por direito ao trabalho?

- Incentive que compartilhem suas ideias sobre o que significa ter um emprego e as condições que consideram justas no trabalho.

2. Exposição Teórica (15 minutos):

- Explique que o trabalho é um dos pilares da dignidade humana, sendo consagrado como um direito social fundamental pela Constituição Federal.

- O direito ao trabalho não se resume apenas à garantia de emprego, mas envolve:

- o Condições justas e favoráveis de trabalho (salário digno, jornada adequada).

- o Proteção contra a exploração, como o trabalho infantil e trabalho análogo à escravidão.

- Destaque a importância do trabalho para a autonomia do cidadão e desenvolvimento do país.

- Exiba dois vídeos:

- o Trabalho infantil: conheça as consequências (4 minutos).

- o Trabalho escravo contemporâneo (4 minutos).

3. Atividade Pedagógica (20 minutos):

Pesquisa e Debate

- Divida a sala em dois grupos.

- o O Grupo 1 irá pesquisar casos reais sobre trabalho infantil.

- o O Grupo 2 irá pesquisar casos reais sobre trabalho análogo à escravidão.

- Após a pesquisa, cada grupo apresenta suas descobertas.

- Em seguida, promova um debate em que os alunos discutem as soluções adotadas em cada caso e propõem formas de combater essas práticas.

AULA 8 – ROTEIRO

4. Avaliação (5 minutos):

- Peça aos alunos para refletirem sobre o que aprenderam e responderem: "Quais ações você acredita serem essenciais para garantir o direito ao trabalho de forma justa e digna?"

Recursos:

- Vídeos sobre trabalho infantil e trabalho análogo à escravidão.
- Data show para exibição dos vídeos.
- Acesso à internet para pesquisa em sala de aula.

Figura 16 – Disque Denúncia de Trabalho Infantil



Fonte: TRT da 6ª Região (PE).³

³ Disponível em: Não leve na brincadeira. Trabalho infantil é ilegal. Denuncie! | TRT6 - Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - Pernambuco Acesso em: 04 set. 2024.

MÓDULO 5 – DIREITOS SOCIAIS: CIDADANIA EM AÇÃO

Direito à saúde

Assim como a educação, a saúde é um direito social garantido pela Constituição. Ela não se limita ao atendimento médico, mas envolve o bem-estar físico, mental e social de cada cidadão. Ter acesso a serviços de saúde pública de qualidade é essencial para que as pessoas possam viver com dignidade. O direito à saúde assegura não apenas o tratamento de doenças, mas também a promoção de ações preventivas e educativas, que ajudam a melhorar a qualidade de vida da população.

Garantir que todos tenham acesso à saúde envolve a responsabilidade de o Estado criar políticas públicas que favoreçam ambientes saudáveis, controle de epidemias e o acesso igualitário aos serviços de saúde, independentemente da condição social. Sem uma atenção eficaz a esse direito, a desigualdade social se aprofunda, pois as populações mais vulneráveis ficam desprotegidas e à margem dos cuidados básicos. Portanto, a luta pela saúde não é só individual, mas um compromisso coletivo para garantir uma sociedade mais justa e equilibrada.

Figura 17 – Sistema Único de Saúde



Fonte: Página oficial da Fundação Osvaldo Cruz.⁴

Você sabia que ir ao médico e receber atendimento no SUS é mais do que um serviço — é um direito garantido por lei? Quer entender como isso funciona e por que é tão importante?

→ Clique aqui para descobrir!



⁴ Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1061> Acesso em: 04 set. 2024.

MÓDULO 5 – DIREITOS SOCIAIS: CIDADANIA EM AÇÃO

Direito à moradia

A moradia é mais do que ter um teto sobre a cabeça; é um direito social fundamental garantido pela Constituição. Viver em um ambiente seguro, salubre e com acesso a serviços básicos, como água, saneamento e eletricidade, é indispensável para a dignidade humana. O direito à moradia busca assegurar que todos os cidadãos tenham condições adequadas para viver com segurança e conforto, sem a ameaça de despejos forçados ou a precariedade das habitações.

O Estado tem o dever de implementar políticas públicas que garantam o acesso à moradia, especialmente para as populações mais vulneráveis. Programas habitacionais e regularização fundiária são ferramentas importantes para combater o déficit habitacional e proporcionar a essas famílias um lar seguro e digno, promovendo a justiça social.

Figura 18 – Direito à moradia



Fonte: Elaborado pelos autores.

Ter um lugar seguro para viver não é só um desejo — é um direito seu. Mas será que isso acontece de verdade para todos no Brasil?

→ ***Saiba mais clicando aqui!***



MÓDULO 5 – DIREITOS SOCIAIS: CIDADANIA EM AÇÃO

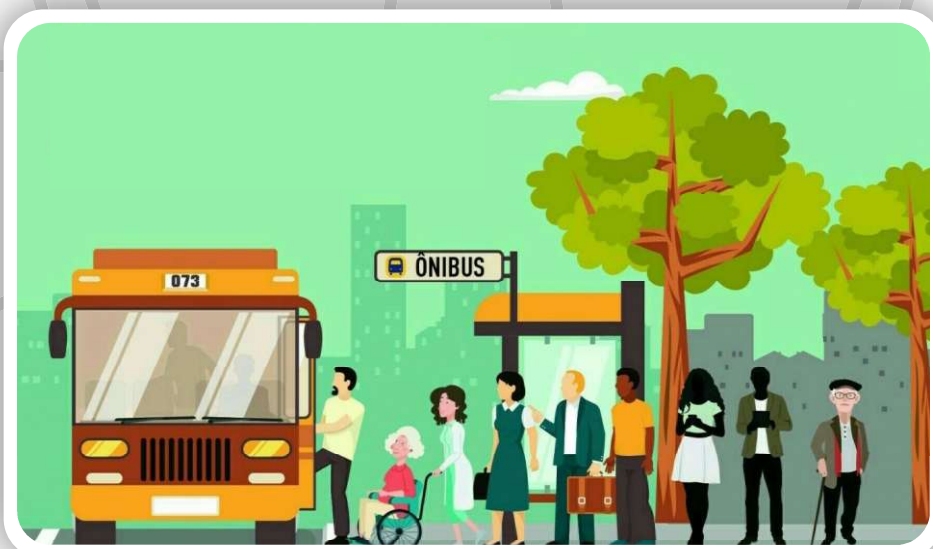
Direito ao transporte

O transporte é um direito social que permite aos cidadãos o acesso a diversos outros direitos, como educação, saúde e trabalho. Um sistema de transporte público eficiente e acessível contribui para a inclusão social, garantindo que todas as pessoas, independentemente de sua renda, possam se deslocar com segurança e dignidade. Além disso, o transporte público sustentável ajuda a reduzir o impacto ambiental e melhorar a qualidade de vida nas cidades.

A Constituição prevê que o Estado deve promover políticas que garantam transporte acessível e de qualidade, priorizando o interesse coletivo. Um transporte eficiente conecta comunidades, facilita o desenvolvimento econômico e contribui para a justiça social, permitindo que as oportunidades cheguem a todos.

**CLIQUE NA IMAGEM ABAIXO E DIVIRTA-SE APRENDENDO SOBRE
DIREITO SOCIAL DO TRANSPORTE!**

Figura 19 – Transporte público



Fonte: Elaborado pelos autores.



AULA 9 – ROTEIRO

Tema: Direito à saúde, moradia e transporte

Duração: 50 minutos

Objetivo: permitir uma visão integrada de três direitos sociais

essenciais para a qualidade de vida e o desenvolvimento pessoal e social.

Etapas da aula:

1. Atividade inicial (10 minutos): valorizar conhecimentos prévios.

- Pergunte aos alunos: O que vocês sabem sobre o direito à saúde, à moradia e ao transporte?

- Incentive-os a refletir sobre como esses direitos impactam o cotidiano e o bem-estar das pessoas.

2. Exposição teórica (20 minutos):

- Explique a importância dos três direitos sociais:

- o Direito à Saúde: Garantido pela Constituição, o acesso à saúde pública de qualidade é essencial para a dignidade humana, englobando a promoção, proteção e recuperação da saúde.

- o Direito à Moradia: Moradia adequada vai além de ter um teto; envolve também acesso a condições dignas de vida, como saneamento básico, segurança e infraestrutura.

- o Direito ao Transporte: A mobilidade urbana é fundamental para o exercício dos demais direitos, como acesso à educação, saúde e trabalho, sendo necessário um transporte público eficiente e acessível.

3. Atividade pedagógica (15 minutos): Palavras cruzadas sobre transporte

- O professor deve incentivar os alunos a resolverem as palavras cruzadas sobre o direito ao transporte, que pode estar disponível no papel ou online através de um link no ebook. A atividade reforça os conceitos apresentados na exposição teórica.

4. Avaliação (5 minutos):

- Solicite aos alunos que façam uma breve reflexão ou anotação sobre a importância desses três direitos sociais para garantir uma vida digna e cidadania plena.

Recursos:

- Ebook com atividades interativas (palavras cruzadas).
- Data show para apresentação da exposição teórica.
- Quadro e pincel para anotações e discussão.

MÓDULO 5 – DIREITOS SOCIAIS: CIDADANIA EM AÇÃO

Outros direitos sociais

Lazer: direito ao tempo livre e à qualidade de vida

O lazer é mais do que diversão, ele é um direito garantido pela Constituição. Ter tempo livre para descansar e participar de atividades culturais e recreativas é essencial para a saúde física e mental. O lazer promove o bem-estar e a socialização, permitindo que os cidadãos recarreguem suas energias e aproveitem momentos de descontração com suas famílias e comunidades.

Figura 20 – Esporte e lazer



Fonte: Página Jus Brasil.⁵

Segurança: proteção e bem-estar para todos

A segurança pública é um direito fundamental, garantido pelo Estado para proteger a integridade física e o patrimônio dos cidadãos. Ela envolve o combate à violência e à criminalidade, bem como a promoção de ações preventivas que garantam tranquilidade e bem-estar. Viver em um ambiente seguro é essencial para que cada pessoa possa exercer sua liberdade e seus direitos plenamente.

Figura 21 – Segurança Pública



Fonte: Página Democracia e Direitos Fundamentais.⁶

⁵ Disponível em: Juventude: direito ao esporte e ao lazer | Jusbrasil Acesso em: 18 set. 2024.

⁶ Disponível em: <https://direitosfundamentais.org.br/a-seguranca-publica-como-direito-para-todos-e-uma-utopia/> Acesso em: 18 set. 2024.

MÓDULO 5 – DIREITOS SOCIAIS: CIDADANIA EM AÇÃO

Previdência Social: proteção para os momentos de vulnerabilidade

A previdência social é um sistema que garante proteção aos cidadãos em momentos de vulnerabilidade, como aposentadoria, doença ou invalidez. Através das contribuições feitas ao longo da vida, as pessoas têm a segurança de contar com um apoio financeiro quando mais precisam. Esse direito assegura que todos possam envelhecer e enfrentar adversidades com dignidade.

Figura 22 – Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS



Fonte: Página Pensar Concursos.⁷

Proteção à maternidade e à infância: cuidar do futuro

A proteção à maternidade e à infância está na base de uma sociedade justa e solidária. Garantir que mães e crianças tenham acesso à saúde, educação e cuidados especiais é investir no futuro do país. O Estado tem o dever de oferecer suporte, principalmente às mães trabalhadoras, e assegurar que as crianças cresçam em um ambiente seguro e saudável.

Figura 23 – Proteção à maternidade



Fonte: Elaborado pelos autores.

⁷ Disponível em: <https://www.pensarconcursos.com.br/blog/aposentados-e-pensionistas-do-inss-vaao-receber-parcelas-antes-do-natal-confira-aqui/> Acesso em: 18 set. 2024.

MÓDULO 5 – DIREITOS SOCIAIS: CIDADANIA EM AÇÃO

Alimentação: um direito essencial para a dignidade e a saúde

O direito à alimentação está previsto na Constituição como um direito social essencial, assegurando a todas as pessoas o acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para garantir sua sobrevivência digna. Esse direito está diretamente ligado à promoção da saúde e do bem-estar, sendo um requisito básico para o desenvolvimento pleno dos cidadãos e para a redução das desigualdades sociais. O Estado tem a responsabilidade de implementar políticas públicas que garantam esse acesso, principalmente para os mais vulneráveis, combatendo a fome e promovendo a segurança alimentar.

Figura 24 – Segurança alimentar



Fonte: Elaborado pelos autores.

Direito à Alimentação: Por um futuro sem fome.

<https://www.youtube.com/watch?v=8rrfeNcspgw>



Assistência aos desamparados: solidariedade e cidadania

Figura 25 – Assistência aos desamparados



Fonte: Página Observatório Terceiro Setor.⁸

A assistência aos desamparados é um direito que visa proteger as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade, como os desempregados, idosos ou pessoas em extrema pobreza. Através de programas sociais e políticas públicas, o Estado busca garantir o mínimo necessário para que todos possam viver com dignidade, promovendo a inclusão e a justiça social.

⁸ Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/38-milhoes-de-brasileiros-ficarao-desamparados-sem-o-auxilio-emergencial/>
Acesso em: 20 de set. 2024.

AULA 10 – ROTEIRO

Tema: Direito ao lazer, segurança, Previdência Social, proteção à maternidade e infância, alimentação e assistência aos desamparados

Duração: 50 minutos

Objetivo: promover uma discussão crítica sobre os direitos sociais apresentados e incentivar os alunos a reconhecerem sua importância no cotidiano.

Etapas da aula:

1. Atividade Inicial (10 minutos): valorizar conhecimentos prévios.

- Pergunte aos alunos: O que vocês entendem por direito ao lazer, à segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, alimentação e assistência aos desamparados?
- Incentive a reflexão sobre como esses direitos sociais estão presentes ou ausentes no dia a dia deles e de suas comunidades.

2. Exposição teórica (20 minutos):

- Explique a relevância desses direitos sociais:
 - o Direito ao Lazer: Importante para o bem-estar físico e mental, o lazer é fundamental para a qualidade de vida.
 - o Direito à Segurança: Garantir proteção contra violência e acesso a um ambiente seguro é essencial para a cidadania.
 - o Previdência Social: Sistema de proteção social que visa amparar os trabalhadores e suas famílias em situações de doença, invalidez, velhice ou morte.
 - o Proteção à Maternidade e à Infância: Direitos voltados ao cuidado e à assistência da saúde de gestantes, mães e crianças, visando a proteção integral.
 - o Direito à Alimentação: Garantir a segurança alimentar é essencial para a dignidade humana e está ligado à erradicação da fome.
 - o Assistência aos Desamparados: Destinada a garantir apoio social para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

AULA 10 – ROTEIRO

3. Atividade pedagógica (15 minutos):

Roda de Conversa

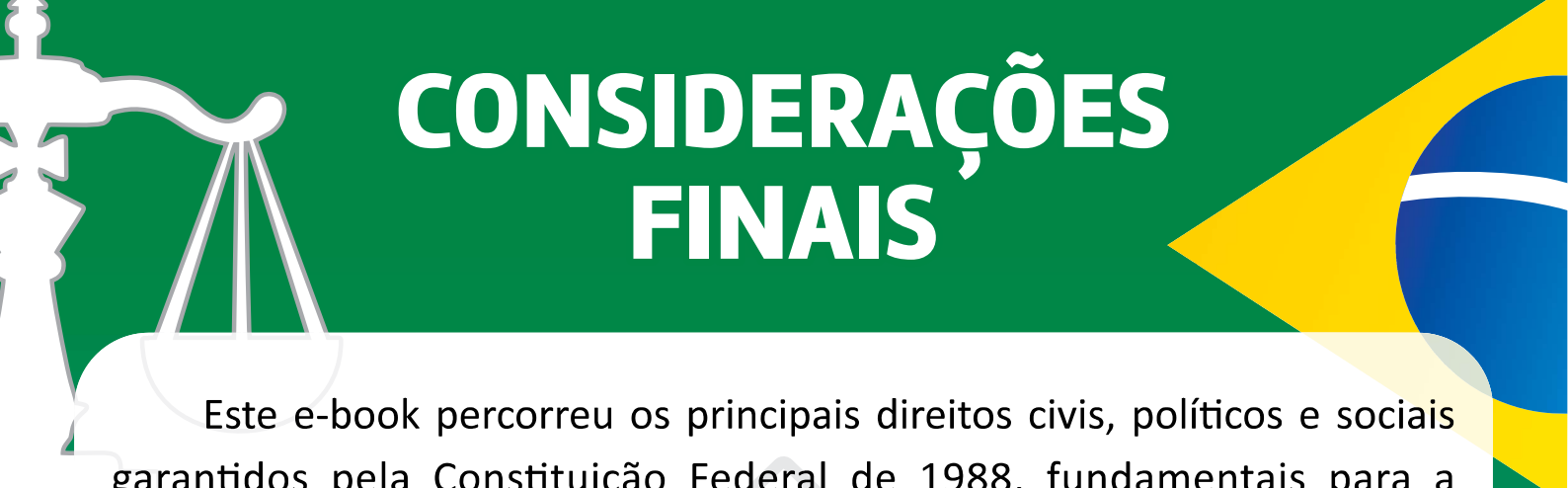
- Promova uma roda de conversa para discutir a percepção desses direitos no cotidiano dos alunos. Sugestões de perguntas:
 - o Como vocês enxergam o direito ao lazer na sua vida?
 - o Vocês se sentem seguros no bairro onde moram?
 - o Alguém na família de vocês utiliza a previdência social?
 - o O que vocês acham da alimentação que recebem nas escolas públicas?
 - o Vocês percebem ações de assistência aos mais vulneráveis em sua comunidade?

4. Avaliação (5 minutos):

- Solicite aos alunos que façam uma breve reflexão sobre qual desses direitos sociais eles acreditam ser o mais desafiador de ser garantido no Brasil e por quê.

Recursos:

- Quadro e pincel para anotações durante a roda de conversa.
- Data show para apoio visual durante a exposição teórica.
- Ebook com links e textos de apoio sobre os temas abordados.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este e-book percorreu os principais direitos civis, políticos e sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988, fundamentais para a formação cidadã dos alunos do Ensino Médio. Por meio dos temas explorados, como o direito à liberdade, à participação política, à educação, saúde, trabalho, transporte e tantos outros, buscamos apresentar de forma prática como esses direitos impactam o cotidiano de cada cidadão.

A compreensão desses direitos é essencial para que todos possam exercer plenamente a cidadania. Saber como reivindicar o cumprimento desses direitos e agir de forma consciente e responsável na sociedade, transforma cada indivíduo em um agente ativo da democracia.

As atividades pedagógicas propostas ao longo do e-book — como debates, pesquisas, jogos interativos, rodas de conversa e outras metodologias adaptáveis — foram elaboradas para engajar os alunos de maneira dinâmica, conectando a teoria a ações práticas em seu cotidiano. Essas atividades tornam o aprendizado uma experiência viva, incentivando a participação crítica e o trabalho em equipe, ao mesmo tempo em que promovem reflexões sobre a importância dos direitos individuais e coletivos.

Este material, voltado para o ensino de noções jurídicas constitucionais, foi pensado para fortalecer o conhecimento sobre os pilares da cidadania: os direitos civis, que protegem as liberdades individuais; os direitos políticos, que garantem a participação democrática; e os direitos sociais, que asseguram condições dignas de vida para todos.

Assim, esperamos que este e-book inspire tanto professores quanto alunos a continuar sua jornada de conhecimento, empoderando-se para o exercício pleno da cidadania e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 13 ago. 2024.

AUSUBEL, D. P. **Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva**. Lisboa: Plátano, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/ZSNC6yjPGkG6t5kTQHC3Wxp>. Acesso em: 13 ago. 2024.

DIAS, D. M. F. **A tutela dos direitos fundamentais sociais: educação um direito fundamental**. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

FERNANDES-SOBRINHO, M. **Educação como direito fundamental social no contexto brasileiro: abrangência e elementos normativos** / Marcos Fernandes-Sobrinho. – Curitiba: CRV, 2024.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

MORAES, A.; KIM, R. P. **Cidadania: O novo conceito jurídico e a sua relação com os direitos fundamentais individuais e coletivos**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2013. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522486403/>. Acesso em: 28 jul. 2024.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**— 2. ed. — São Paulo : Cortez ; Brasília, DF : UNESCO, 2000.

PAULA, A. H. C. **Ensinar a democracia, viver a democracia, defender a democracia: educação para a democracia a partir da obra de Edgar Morin** / Alfredo Henrique Corrêa de Paula. --1. ed. -- Goiânia, GO : Cegraf UFG, 2024.